

RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO E A CLÍNICA DE LINGUAGEM

Luiza Milano Surreaux¹

Tatiane Machado Lima²

surreaux@uol.com.br

taty81_ml@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo propõe relacionar linguística da enunciação e clínica de linguagem como dois campos que dialogam quando se lida com a forma singular de um sujeito estar na linguagem. Parte-se de uma retomada das abordagens saussuriana e benvenistiana no campo da linguística para fundamentar a de análise de dados de fala desviante oriundos da clínica fonoaudiológica. As análises apontam que é necessário levar em consideração, além do funcionamento da ordem própria da língua, o modo singular como o sujeito dela se apropria.

PALAVRAS-CHAVE: clínica de linguagem; fonoaudiologia; linguagem desviante; linguística da enunciação

INTRODUÇÃO

“Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem”

Benveniste, E., 1991: 285

Neste vasto universo chamado linguagem é que o homem constitui-se como homem, ela está em sua natureza e não pode ser extirpada. No entanto, existem muitos casos em que os padrões esperados de funcionamento da linguagem desviam-se do que seria previsto. Instaura-se, portanto, uma das tarefas mais complexas para o estudioso da linguagem, seja ele terapeuta de linguagem ou linguista: produzir uma escuta que envolva as produções de falas desviantes.

¹ Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – e integrante do Grupo de Pesquisa Enunciação e Sintoma na Linguagem – IL/UFRGS.

² Graduanda do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo refletir acerca da importância teórico-clínica de um diálogo entre dois campos que buscam pensar o lugar do sujeito na linguagem - a lingüística da enunciação e a clínica dos distúrbios de linguagem.

Daí surge uma importante pergunta, que brota no âmbito da clínica: em que sentido a lingüística poderia auxiliar a reflexão acerca dos distúrbios de linguagem?

É em busca dessa resposta que organizaremos este trabalho.

1. POR UM DIÁLOGO ENTRE A LINGÜÍSTICA E A CLÍNICA DE LINGUAGEM

Iniciamos lembrando a significativa afirmação de Jakobson, que desde a lingüística, aponta o compromisso do linguista com as diferentes formas da linguagem:

“A lingüística interessa-se pela linguagem em todos seus aspectos – pela linguagem em ato, pela linguagem em evolução, pela linguagem em estado nascente, pela linguagem em dissolução” (Jakobson, R., 1963: 34).

Inspiradas nas palavras de Jakobson, temos, nesse artigo, a intenção de buscar entender as formas através das quais um sujeito que apresenta uma fala dita desviante organiza-se em relação à estrutura e funcionamento de sua língua.

Para dar conta de nossa tarefa, buscaremos os aportes da lingüística saussuriana e benvenistiana.

Em Saussure, encontramos o conceito de signo lingüístico. Segundo o mestre genebrino,

“Chamamos de signo a combinação do conceito e da imagem acústica. [...] Propomo-nos a conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem por significante e significado” (Saussure, F. 1974: 81).

No entanto, em situações de distúrbio de linguagem, pode ocorrer de os significantes não encontrarem o significado, ou produzirem um encontro “desarranjado”.

Já a busca pelos aportes de Benveniste, relaciona-se com o fato de encontrarmos no campo da lingüística da enunciação uma possibilidade de pensar o inédito que a situação clínica apresenta em termos de linguagem. Essa teoria supõe que cada sujeito apropria-se da língua e a realiza de maneira única, irrepetível e singular. Sendo assim, falas desviantes apontam para a forma singular com que o indivíduo relaciona-se com a língua.

Assim, abordar a singularidade do sujeito na linguagem é uma tarefa nada fácil por vários motivos. Um deles é porque justamente falar de singularidade implica em não generalizarmos padrões apriorísticos, visto que estamos considerando a particularidade através da qual um determinado falante fará seu percurso na apropriação de uma dada língua.

1.1 O FIO DO DIÁLOGO ENTRE OS CAMPOS

Após uma breve contextualização de nosso ponto de partida, pretendemos agora detalhar nossos pontos de ancoragem nos pressupostos teóricos dos estudos de linguagem. O que teriam Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste a contribuir com o seguinte interrogante, que se origina na clínica: o que fazer/pensar quando o significante não encontra significado, ou a forma não encontra o sentido? Recorreremos a esses importantes lingüistas para ajudarem-nos a pensar sobre esta inquietante questão acerca dos distúrbios de linguagem.

Saussure, o fundador da lingüística moderna, preocupou-se em evidenciar que seu objeto de estudo era a língua. No entanto, não rejeita o fato de que “a língua não está completa em nenhum [indivíduo]” apontando, assim, a noção de fala, e continua dizendo que “só na massa ela [língua] existe de modo completo” (Saussure, F.,1974: 21). Saussure contextualizou o que é regular, homogêneo entre os falantes, porém respaldou que a fala é “uma ato individual de vontade e inteligência” (op.cit.: 22).

A fala representa nesse sentido a forma como cada indivíduo organiza os signos de uma dada língua. O signo, como já destacamos acima, é a união de um significante e de um significado, ou seja, de uma imagem acústica e de um conceito. Segundo Saussure, o signo é arbitrário, pois a união entre as suas estruturas é uma abstração convencional e aleatória. Porém, cabe destacar, que o termo arbitrariedade não permite a livre associação de significados a significantes não correspondentes, pois “todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção” (op. cit.: 82). Em casos de distúrbios de linguagem, quando há excessivo afastamento entre significante e significado, o que é evocado não é relacionado a nenhum conceito, para o interlocutor. Muitas vezes o signo produzido perde-se no vazio e limita-se ao entendimento do enunciatador, pois não cumpriu o que é padrão para a sociedade (ou para a *massa*, como destaca Saussure). Contudo, levemos em conta que o que pode não representar um signo para o ouvinte, pode o ser para o falante, o que pode acentuar a incompreensão entre os interlocutores.

Também é de Saussure a noção de eixos sintagmático e associativo. As relações sintagmáticas ocorrem em presença através do encadeamento dos elementos da frase “os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, reações no caráter linear da língua [...] Estes se alinham um após o outro na cadeia da fala” (op. cit.: 142). Já, as relações associativas, ocorrem em ausência, na memória. É a seleção, dentre os diversos signos lingüísticos existentes, de um específico e não outro: “uma palavra qualquer pode sempre

evocar tudo quanto seja suscetível de ser-lhe associado de uma maneira ou de outra” (op. cit.:146).

Por intermédio da seleção, no eixo associativo, e da combinação, no eixo sintagmático, nasce a noção de valor lingüístico. Esse pode ser entendido como a oposição entre os termos desencadeados, os precedentes, os antecedentes, ou ambos. O valor “está determinado por aquilo que o rodeia” (op.cit.: 135). Através do conceito de valor é que se torna possível a compreensão do contexto de, por exemplo, uma frase, durante um diálogo entre os falantes.

Benveniste deixa evidente sua herança em relação à teoria saussuriana. Segundo ele “não há um só lingüista hoje que não lhe deva algo” (1991: 34). Contudo, para além de Saussure, Benveniste preocupou-se em estudar a instância do homem na língua³. Para ele, quando o sujeito apropria-se da língua, a sua conversão em discurso (enunciação) dá-se por um ato individual de utilização. Portanto, não há uma única maneira de apropriação, mas sim, tantas quantas o número de falantes. Esta apropriação aponta para “aquele que fala em sua fala” (Benveniste, E.,1989: 84), e, durante o diálogo, ocorre o entendimento da forma e do sentido por cada um dos locutores:

“...por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores” (op. cit.: 90).

Cabe, portanto, contextualizar o que é forma e o que é sentido para Benveniste. No texto *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste apresenta duas possibilidades de análise da língua: semiótica e semântica. A perspectiva semiótica (o signo) pode ser definida como “aquela de significar” (1989: 229). O semiótico aponta para as relações intralingüísticas. Já a perspectiva semântica, pode ser definida como “aquela de comunicar” (op. cit.: 229), pois permite verificar a língua em funcionalidade e em ação.

Conforme Benveniste, estes dois sistemas - semiótico e semântico - se superpõem na língua. Para ele, somente na situação de discurso que é possível observar a referência da frase⁴, não sendo possível, prevê-la ou fixá-la. A frase é um acontecimento que desaparece, pois está limitada ao instante de sua enunciação. E o sentido altera-se a cada nova frase. Sendo assim, a forma e o sentido renovam-se a cada enunciação.

³ Concordamos com Flores (2004:229), ao situar a concepção de linguagem que ancora seus estudos: “... uma lingüística que nada mais é do que *um ensaio sobre a singularidade do homem na língua* e, por ele, poder abordar a fala daqueles que a lingüística excluiu para se instituir”.

⁴ Cabe lembrar que para Benveniste *frase* liga-se à ideia de discurso e *referência* é referência ao ato de fala (e não “ao mundo”).

Autorizamos-nos a dizer que tanto Saussure quanto Benveniste apontam que a *fala* é uma produção imprevisível, única e individual, e, embora exista um conjunto de convenções necessárias, “tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita” (Saussure, F., 1974: 17). As regularidades e as combinações estabelecidas pela língua, entre significante e significado, entre forma e sentido proporcionam entendimento, porém não total, entre os interlocutores. Dizemos que o entendimento não é total, pois a partir do momento em que a língua é convertida em fala, manifesta-se o que cada sujeito tem de singular. Segundo as sábias palavras de Saussure “a sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor” (op. cit.: 21). Estabelece-se o clímax das relações dialógicas, afinal, se não existe um só modo de apropriação da língua e se cada sujeito tem a sua singularidade, é neste momento que, muitas vezes, deparamo-nos com falas em que há predominância da incompreensão, classificadas geralmente como errôneas. Benveniste (1989: 82-3) diz que “para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente”. O que dizer sobre as imprecisões de quem manifesta alterações de linguagem? O afastar-se da língua é previsto e compõem a dinâmica da fala. Afirmamos, portanto, que em distúrbios de linguagem também ocorrem afastamentos que dizem da especificidade de uma dinâmica bastante peculiar. Esses afastamentos (ou subversões) são percebidos em episódios em que o significante parece não encontrar o significado, que a forma parece não encontrar o sentido.

Por mais que a fala apresente-se deveras “desarrumada” para o interlocutor - porém com sentido para o falante -, a funcionalidade da dinâmica da língua faz-se presente também nesses casos. Assim como em falas ditas “corretas”, que o sujeito seleciona o signo lingüístico que usará, por meio das relações associativas, encadeia-o em uma seqüência linear, relações sintagmáticas, e através da relação entre os signos produzidos surge a noção de valor de uma enunciação, também há o desenvolvimento dessa seqüência de episódios em falas ditas “desviantes”. Ou seja, a seleção e a combinação efetuadas, respectivamente, nos eixos associativo e sintagmático realizam-se e, sendo assim, surge o valor dessa seqüência fônica. No entanto, o estabelecimento do valor de um enunciado muitas vezes é compreendido apenas por aquele que o enuncia, pois durante a seleção signo (conceito e imagem acústica), ocorrem variações que se desviam do padrão comum à massa. Sendo assim, a união entre os elementos do signo lingüístico dá-se como “lógico” para o falante, mas não para quem o escuta, gerando, portanto, incompreensão entre os interlocutores. Fazemos nossa as palavras de Flores (2009: 189):

“...em dados de distúrbios de linguagem, facilmente se percebe que um elemento lingüístico – uma palavra, por exemplo – pode ser considerado estável do ponto de vista do locutor que o enuncia sem, no entanto, ser reconhecível pelo interlocutor”.

A “desunião” entre os componentes do signo lingüístico pode soar estranha ao interlocutor, mas não àquele que fala. A forma estabelece-se conforme o sentido que o falante vai dando ao seu dizer. A relação entre forma e sentido pode ser muito evidente para aquele que enuncia (o *eu*), sem, no entanto, cumprir essa função para o interlocutor passivo (o *tu*). Retomando Benveniste (1989: 224-5),

“Nas ciências da natureza, as unidades são em geral porções idênticas convencionalmente recortadas de um contínuo específico; há assim unidades quantitativas, idênticas e substituíveis, em cada disciplina da natureza. A linguagem é bem outra coisa, ela não releva do mundo físico; ela não é nem do contínuo nem do idêntico, mas bem ao contrário, do descontínuo e do dessemelhante.”

É exatamente nesta heterogeneidade da fala que surgem as produções mais inusitadas e que o terapeuta de linguagem (ou o linguista que analisa falas ditas desviantes) depara-se com a questão mais instigante: a evidência não apenas de um desvio, de um distúrbio de linguagem, mas sim a manifestação da singularidade do locutor e da relação existente entre ele, sujeito, com a língua. O recorte e a combinação realizam-se singularmente em cada indivíduo, e apresentam aquele que fala em sua fala.

Sendo assim, concluímos que em distúrbios de linguagem, muitas vezes a relação significante/significado, forma/sentido soa como desviante para o interlocutor, sem, no entanto, repercutir como alterada para o falante. Essas realizações partem dos mesmos princípios de seleção e de combinação que falas ditas “normais”. Contudo, devido à substância fônica escolhida divergir do recorte comum à massa, surgem as incompreensões entre os interlocutores. Caberá ao estudioso da linguagem (fonoaudiólogo ou linguista) a missão de aventurar-se nesta heterogeneidade, descobrindo a singularidade do sujeito na linguagem e, desta forma, tentar saciar suas indagações mediante a incompreensão, frente ao não-saber. Aí se encontra o sujeito que fala em sua fala, ou seja, o modo singular dele relacionar-se com a língua.

2. EM BUSCA DE UMA FORMA DE ANÁLISE

Alicerçadas nos referenciais saussurianos e benvenistianos elencados, passaremos agora a nos ocupar da tarefa de análise da fala de um sujeito que apresenta distúrbio de linguagem.

2.1 SOBRE OS DADOS

O material que será apresentado nesta análise consiste em um recorte de uma sessão de atendimento fonoaudiológico ocorrido na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os dados analisados integram o Banco de Dados Enunsil (Enunciação e sintoma na linguagem) da pesquisa “Enunciação e Distúrbios de Linguagem”, coordenada pelo Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores, junto ao Instituto de Letras da UFRGS. A paciente tinha onze anos à época desta filmagem e apresentava quadro de retardo de linguagem associado à Síndrome de Down.

Durante a transcrição e a análise a seguir, utilizaremos as seguintes abreviações: T, referindo-se à terapeuta, D referindo-se à paciente e F referindo-se ao pesquisador que realizava a filmagem. Os comentários do transcritor serão colocados entre parênteses duplos.

Quanto à transcrição, cabe ressaltar, que ela é a tentativa de transformar dados verbalizados em dados escritos. No entanto, durante esta passagem, algumas informações perdem-se, como também recebem marcas do transcritor. Portanto, ela tem como característica não ser completamente fiel aos dados enunciativos. Conforme Aresi e Flores (2008: 91), “o ato enunciativo, uma vez transcrito, sofre uma mudança em sua condição original, já que a transcrição se configura numa enunciação sobre outra enunciação”.

TERAPEUTA (T)	PACIENTE (D)	PESQUISADOR (F)
1. Que qui tu tá comendo?		
	2. Uré ((erre retroflexo))	
3. Que qui tu tá comendo?		
	4. Petem.	
5. Que qui tem aqui dentro qui tu tá comendo?		
	6. Não sei, T ((parecendo estar irritada)).	
7. Hum... Arroz e feijão?		
	8. É.	
9. É?		
	10. Comi toso.	
11. Quem foi que fez?		
	12. A cu, fuma.	
13. Quem foi qui fez u arroz e feijão?		
	14. ãh, fogão.	
15. O fogão que fez?		
	16. É.	
17. Não foi a D?		
	18. É.	
19. Huum, tá gostoso!		
	20. Ó	
21. Que qui é esse?		
	22. Afé.	
23. Ah, cafézinho. Tá bem, muito obrigada. Vô tomá teu cafézinho.		
24. Tá faltando açúcar!		
	25. Acuca! ((primeira letra A, produz alongada)).	
26. Esqueci do açúcar. Onde é que tá açúcar?		
	27. ((coloca o açúcar na xícara da terapeuta)).	
28. Ah, brigada, vô mexê aqui.		
29. Huum, agora tá bom ((simula estar experimentando o café)).		
	30. Tem o Ábio ((aponta para o pesquisador, que está filmando)).	
31. Agora tá uma delícia.		
32. Tu não vai tomá?		
	33. Prábo ((fala junto com a fala 32 da terapeuta)).	
	34. Laranja.	

35. Suco de laranja?		
36. Tu não vai tomá?		
	37. É.	
	38. Laranja.	
39. Não vai tomá um cafézinho?		
	40. De laranja, T.	
41. Ah, o suco é de laranja?		
	42. É.	
43. Ah, então tá, o suco é de laranja.		
	44. Ah, o Pábio. Bébe Pábio.	
45. Tu vai dá pro Fábio tomá o suco de laranja?		
	46. Não. ãh... Fri. Fri Prábo.	
47. É o refri.		
	48. Prábo.	
49. Então tá.		
	50. Ó Prábo ((entrega xícara ao pesquisador)).	
		51. Eu quero.
52. Ele vai tomando aos pouquinhos ali, tá?		
53. E a D, o que qui a D vai tomá?		
	54. ((silêncio)).	
55. Hein D?		
	56. É.	
57. Que qui tu vai tomá?		
	58. É eu ((aponta para si)).	
59. Que qui tu vai tomá?		
	60. Tomô ((faz gesto como se tomasse algo)).	
61. Que tu vai tomá?		
	62. É eu, eu, eu!	
63. É tu!		
	64. ((risos)).	

2.2 UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DE FALA DESVIANTE NA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

Verifica-se que a terapeuta (T) inicia o diálogo com uma pergunta. Essa talvez não tenha por finalidade instaurar uma conversação livre entre T e D, pois se nota que ela espera uma resposta específica. Segundo Aresi e Flores (2008: 87), “cada pergunta comporta um tipo de resposta que a satisfaça, restringindo e direcionando seu sentido”. Assim, devido à resposta apresentada por D, em 2, não ser coerente com a esperada por T, em 3, ela insiste

com a pergunta. Assim, em 4, D altera a resposta que havia apresentado. Devido à não coincidência entre o esperado por T e o realizado por D, em 5, a pergunta é novamente proposta. Porém, talvez pelo fato de T não reconhecer a tentativa anterior como sendo uma resposta (tanto em 2 como em 4), D em 6 parece desistir e anuncia não saber o que está comendo. Finalmente, em 7, T oferece um padrão, talvez a forma que desejasse como resposta. Nessas passagens observa-se que T está interessada na produção da forma de D. Vale ressaltar que durante as perguntas “Que qui tu tá comendo?” (em 1, 2 e 5), ambas as interlocutoras estão observando panelas de brinquedo vazias, ou seja, a resposta dependerá da criatividade do que D, naquele momento, imagina estar comendo. Os enunciados “urê” e “petem” podem referir-se a algo que ela tenha criado naquele momento, como resposta para aquela brincadeira, afinal o ato de inventar é previsto (e esperado) durante as atividades de faz-de-conta. Ao T produzir “arroz e feijão”, ocorre uma restrição da resposta, momento em que se manifesta a imaginação e a criatividade de T e não de D. Esse fato parece indicar que a preocupação dá-se com o uso da forma, da nomeação dita “adequada” (ou esperada), não tendo como objetivo manter um diálogo e observar instâncias de fala possíveis para D.

Observa-se que nos enunciados 11, 13, 15 e 17, T novamente procura suscitar, por meio das perguntas, a ênfase no uso da forma. Ao dizer “Quem foi qui fez?”, T parece descartar todo o tipo de resposta que possa surgir que não seja “eu, D”. Esse fato pode ser observado ao analisarem-se as demais falas. Em 14, nota-se que D produz a palavra “fogão” de maneira precisa, correta, inteligível e bem articulada, no entanto, T parece ignorar essa produção. Em 15, a pergunta “O fogão que fez?” parece indicar “Tem certeza que foi o fogão que fez?”, pois quando D confirma (16) sua resposta, T oferece a resposta que esperava, ao enunciar “Não foi a D?”. D, em 14, oferece uma resposta inteligente, afinal, dentre os utensílios existentes, o fogão é um dos que tem como função cozinhar o alimento. Contudo, sua resposta foi desconsiderada.

Entretanto, ao observarmos as falas de 20 a 23, nota-se que T (em 23), ao receber a xícara da D, sente-se satisfeita com esse ato atribuindo-lhe a ação de ter realizado o preparo do café “Vou tomar teu cafezinho”, sem perguntar *quem* o fez. Destacamos que durante o diálogo anterior, de 11 a 18, T insiste demasiadamente para que D responda quem havia feito o arroz e o feijão. Porém, devido ao contexto, torna-se evidente que é do conhecimento de T e de D que D havia preparado o alimento durante a brincadeira. Sendo assim, apontamos que T, ao perguntar, esteja preocupada novamente com a forma com que D irá articular determinadas palavras por ela selecionadas, não tendo como objetivo saber, realmente, **o que** ela está comendo, ou **quem** preparou a comida. Mais uma vez lembramos Aresi e Flores (op. cit.: 93),

ao analisarem uma situação clínica fonoaudiológica na qual a terapeuta também demonstrava uma preocupação insistente com a forma do dizer do paciente: “Por solicitar um uso de forma, a pergunta coloca também a resposta numa posição específica, a da nomeação”.

Em algumas respostas de D, verifica-se a ocorrência do enunciado “É”, mesmo que nem todas ocorrências indiquem afirmação, ou concordância. Por exemplo, em 8 e em 18, parece que D utiliza-se dessa como uma “palavra coringa”, sem necessariamente confirmar a pergunta antecedente. O objetivo desse acontecimento parece estar associado à tentativa de finalizar o excesso de perguntas que estavam ocorrendo no diálogo. Oferecendo, desta forma, uma resposta cabível que não gerasse a ocorrência de novas e insistentes indagações. Esta proposta de análise faz-nos lembrar de uma importante reflexão de Benveniste (1991:286):

“A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco - ao qual digo *tu* e que me diz *tu*.”⁵

Ou ainda (op.cit.: 292):

“A terceira pessoa é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só é caracterizada por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como “não-pessoa”. Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”.⁶

Quando alguém enuncia, o *eu* estará presente nessa pessoa, e, obrigatoriamente, dirigir-se-á a um *tu*, fazendo referência a um *ele*. Assim, em 17, o *eu* desta fala é T. No entanto, ao enunciar “Não foi a D”, T coloca D em uma condição de alienação, ou seja, a exclui do diálogo, atribuindo-lhe o papel de não-pessoa *ele*. D é o assunto que está sendo referido no instante, aquilo sobre o *que* se fala. Sendo assim, D não tem possibilidade de resposta, pois está fora da relação eu-tu. Sendo assim, quem portará o papel de *tu*? Sugerimos que, nesta passagem, T não apenas é o *eu* que está enunciando, mas também, é o *tu* que está recebendo a mensagem. Seu dizer dirige-se a si, o que caracterizaria um monólogo. Esse é constituído pela presença da relação eu-tu, entretanto encarnados em uma única pessoa. Conforme Benveniste (1989: 87-8),

“O ‘monólogo’ é um diálogo interiorizado, formulado em ‘linguagem interior’, entre um eu locutor e um eu ouvinte. Às vezes, o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significante a enunciação do eu locutor”.

⁵ Grifos do autor.

⁶ Grifos do autor.

Observa-se que por diversas vezes T tende a conduzir o diálogo de maneira que propõe a D a função de enunciar produções que contenham a forma de articulação almejada, uma posição exclusiva de resposta passiva. Inicialmente, D parece aceitar a posição de nomeadora, produtora de formas (falas predominantes de 1 a 25), sem opor-se ao que é sugerido por T como diálogo para cada instante⁷. Já, nas falas que ocorrem entre 27 e 64, D produz um deslocamento, ao ocupar uma posição de recusa em nomear somente o esperado por T. D coloca-se no diálogo, persiste em seu dizer. Igualmente significativo nesse deslocamento é a inserção de um terceiro elemento, o que observamos em 30. Em 31 e 32, parece ocorrer uma recusa à enunciação de D, através da inserção de uma pergunta com “outro foco”. A seguir observa-se que D enuncia recusando, diversas vezes, a posição proposta por T. D, neste momento, torna-se uma falante participativa, a qual manifesta seu desejo no dizer, afinal, como diz Benveniste (1991: 286), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”⁸.

Há reversibilidade dos papéis entre os interlocutores, de modo que cada um coloca-se como *eu* durante suas falas, o que altera é o modo como D coloca-se determinando o sentido que almeja constituir.

Em 57, T modifica sua fala e utiliza-se do pronome *tu* ao referir-se a D. Neste momento tem-se um *eu* (T) falando para um *tu* (D), o que caracteriza um diálogo no qual envolve T e D. Sendo assim, em 58, D certifica-se de que a pergunta está sendo dirigida a ela, de que está no diálogo e de que a pergunta refere-se a ela. O que justifica o fato de dizer “é eu”, (certificando-se de que T fala com ela e pergunta para ela) e apontar para si. Para Benveniste (1991: 278), *eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”, e Flores (2009: 186) completa “eu e tu são mutuamente constitutivos, tu é implícito ao dizer de eu. A categoria de pessoa é sempre dual, um par lingüístico que tem existência concomitante”.

Em 59, em que T pergunta “Que qui tu vai tomá?”, D parece estar consciente de que de que a fala está sendo dirigida a ela e, após dar-se conta disto (momento em que ela foi colocada como *tu* no discurso), a “repetição” na fala 59 parece ter como objetivo que D responda o que está sendo solicitado.

Pode-se, portanto, reconhecer dois momentos nessas falas: o primeiro referente à fala 57 e o segundo à fala 59, com seus respectivos “*tus*”. No primeiro momento, o *tu* utilizado na

⁷ Ocorrem enunciações em que D ocupa uma posição não apenas passiva, por exemplo, em 10. Porém, tais ocorrências não predominam durante o trecho referido.

⁸ É claro que sua condição passiva de 1-25 também compõe sua forma singular de estar na linguagem.

pergunta tem como objetivo que D reconheça que a pergunta está sendo dirigida a ela e reconheça também o seu lugar no diálogo. A reversibilidade dos papéis eu-tu, entre T e D, estabelece-se durante o diálogo. No segundo momento, o objetivo da pergunta é que D responda o que havia sido perguntado. Após reconhecer-se como estando no diálogo (e não ser mais um *ele*), ela poderá, assim, responder, enunciar como um *eu*.

Quanto aos signos produzidos nas falas 10, 22 e 46, respectivamente, “toso”, “afé” e “fri”, D apresenta significantes que permitem que T compreenda o significado. Nota-se que esses não se distanciam das palavras alvo, que são “gostoso”, “café” e “refri”. D conservou a sílaba tônica das palavras e, no entanto, apagou os elementos átonos. Devido a essa ocorrência, T conseguiu seguir a pista do enunciado e entender o significado relacionado ao significante em questão. Nestas ocorrências, a compreensão do signo não se compromete. São significantes diferentes que remetem ao mesmo significado, ou a um significado muito próximo. Mesmo o signo sendo arbitrário “não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala; queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (Saussure, F., 1974: 83). Assim, para que um significante venha a ser aceito pela massa, ele não deve sofrer variações drásticas em relação ao que é regra. Ele possui flexibilidade, pois cada sujeito manifesta suas particularidades em seu dizer. Entretanto, esta flexibilidade possui regras e limites para que a produção sonora seja aceitável e relacionada ao significado desejado.

Contudo, há momentos em que o significante realizado por D não encontra um significado interpretável por T. Pode-se observar nas passagens de fala 2, 4 e 12, D realiza produções sonoras que não deixam marcas, pistas que possam ser relacionados a algum significado. D distancia-se do significante significativamente do previsto pela língua, o que impossibilita a compreensão do enunciado. Para Flores et. al. (2009: 63), de acordo com a teoria benvenistiana,

“...compreensão entende-se todo o trabalho que os participantes do diálogo executam com a língua, uma vez que formas, ao integrarem o discurso, passam a expressar sentidos relativos à atitude do sujeito e à enunciação enunciativa. Desse modo, compreensão pressupõem reconhecimento da língua como sistema de signos distintivos, os quais, em uma situação enunciativa, tem referência única, relativa a eu-tu-aqui-agora, indicadores das categorias de pessoa, espaço e tempo.”

T não reconhece essas passagens como signos da língua, sendo assim, indaga D para que ela retorne ao seu dizer de maneira que ocorra compreensão entre elas. O signo lingüístico possui certa mutabilidade, porém “o que domina, em toda alteração, é a persistência da matéria velha; a infidelidade ao passado é apenas relativa. Eis porque o

princípio de alteração de baseia no princípio de continuidade” (Saussure, F., 1974: 89). Portanto, existe uma lógica durante as modificações previstas na língua e, dentre elas, está a conservação parcial do antigo. Devido à produção de uma materialidade sonora amorfa e distante de qualquer significante previsto pela língua, essas falas não são direcionadas a nenhum significado existente. A singularidade neste ato de fala restringe-se ao entendimento da enunciativa (D). Flores (2009.: 189) afirma que

“...em dados de distúrbios de linguagem, facilmente se percebe que um elemento lingüístico – uma palavra, por exemplo – pode ser considerado estável do ponto de vista do locutor que o enuncia sem, no entanto, ser reconhecível pelo interlocutor. Isso pode significar que um signo aparentemente sem valor pode implicar o não entendimento global do enunciado no qual se insere. Ou seja, um “problema” de reconhecimento do léxico, portanto, originado em um nível de análise, o lexical, produz um “problema” de reconhecimento global do enunciado, que pertence a outro nível, o do enunciado.”

Sendo assim, propomos que o entendimento de T em relação aos signos apresentados por D, ocorre quando não há distanciamento acentuado na relação entre significante/significado apresentado pela menina e a relação significante/significado comum à massa. Quando há muita divergência, o significante produzido por D perde-se no vazio do enunciado, pois não encontra um significado que o complete, para que, por meio da união destes (significante e significado), formem um signo lingüístico. Eis o abismo da comunicação que não raramente experimenta o sujeito que apresenta distúrbio de linguagem.

3. ENCAMINHAMENTOS FINAIS

O presente artigo buscou apontar caminhos que auxiliem o estudioso da linguagem a refletir acerca do funcionamento de falas idiossincráticas. O diálogo entre a linguística da enunciação e a clínica de linguagem, apesar de estar recém começando, demonstra ser um terreno bastante fértil para aqueles que se interessam pela singularidade do homem na língua. Os caminhos já trilhados por Ferdinand de Saussure e Emile Benveniste iluminaram nossa trajetória nessa reflexão. Os deslocamentos que operamos nas bases teóricas desses mestres tiveram o objetivo de estender as consequências de seus ensinamentos à realidade transgressora que surge na fala de sujeitos com distúrbios de linguagem. Tentamos aqui empreender uma leitura que auxilie linguistas e fonoaudiólogos a pensar na particularidade do ato de fala de um sujeito que sofre ao tentar se comunicar com o outro. Novos desdobramentos teóricos serão necessários para que se possa seguir tentando escutar singularidade da fala daqueles que apresentam falas desviantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ARESI, F.; FLORES, V. N. O funcionamento do par pergunta-resposta em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. São Leopoldo: *Calidoscópico*, v. 6, p. 86-95, mai/ago 2008.
2. BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1991.
3. _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes 1989.
4. FLORES, V. N. Por que gosto de Benveniste? (Um ensaio sobre a singularidade do homem na língua). Porto Alegre: *Letras de Hoje*, v. 39, nº4, p.217-230, dezembro, 2004.
5. _____. A enunciação e os níveis de análise lingüística em dados de distúrbio de linguagem. Porto Alegre: *Organon*, v. 23, nº 46, p. 177-190, 2009.
6. FLORES, V. N. & et. al. *Dicionário de lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
7. JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1963.
8. SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.

ABSTRACT: The present article aims at relating enunciative linguistics and language clinic as two fields that establish a dialogue when what is at stake is the unique way a subject relates to language. It starts from a review of saussurian and benvenistian approaches to language in the field of Linguistics in order to set the fundamentals for the analysis of data of deviant language derived from the context of speech therapy clinic. The analyses point that it is necessary to take into consideration the unique way a subject appropriates language, as well the peculiar functioning of language itself.

KEY-WORDS: language clinic; speech therapy science; deviant language; enunciative linguistics

Recebido no dia 29 de novembro de 2010.

Artigo aceito para publicação no dia 28 de fevereiro de 2011.